

Coragem para defender a estabilização

Antonio Kandir

Divulgados na última semana, os resultados do Tesouro relativos ao primeiro trimestre (um déficit de caixa de CR\$ 186 bilhões, apesar de aumento de mais de 30% na arrecadação) não autorizam tranquilidade. Não justificam alarmismo, porém.

Não o justificam na medida que foram influenciados por fatores sazonais (em particular despesas com funcionalismo público, cuja data-base é fevereiro), cujo peso sobre as contas do Tesouro deve diminuir daqui por diante. Há, porém, fatores que não são episódicos e cujo comportamento pode vir a afetar os resultados do Tesouro ao longo deste ano.

Os desequilíbrios estruturais no financiamento da Seguridade Social é um deles, já que a tendência da Previdência a produzir déficits pressiona as contas do Tesouro e deixa à míngua a Saúde.

Nesse caso, cobram seus custos, à vista, o provável malogro da revisão constitucional, impedindo a reforma da Seguridade Social, e a demora em dar consequência prática ao Fundo Social de Emergência, retardando solução provisórias mas importante para o problema.

O segundo fator que deve continuar a exercer forte pressão sobre as contas do Tesouro são os juros internos elevados. A questão é que, nesse caso, é mais fácil enunciar o problema do que resolvê-lo.

Enquanto o processo de estabilização exigir uma política monetária apertada, haverá pouco espaço para redução importante das taxas reais de juro. Tentativas de afrouxar a política monetária, na travessia para o real e nos meses seguintes à sua introdução, serviriam apenas para destruir o processo de estabilização, cujo êxito é condição necessária para restabelecer o crédito público e assim

permitir queda sustentada da taxa de juros.

**É preciso
resistir
às pressões
de vários
focos
de manejo
clientelista
sempre
à procura
de recursos**

ativos e eleitorais.

Resistir à chantagem de setores sociais com grande influência no Congresso, assim como às pressões que surgem de dentro do se-

Em face das restrições constitucionais e das exigências da política de estabilização, o que fazer para preservar o imprescindível equilíbrio orçamentário? A resposta é uma só: resistir com firmeza e obstinação a toda pressão de gastos que se prenda exclusivamente a interesses corpora-

tor público, a exemplo das pressões canalizadas por intermédio dos ministérios do Bem-Estar Social e da Integração Regional, conhecidos focos de manejo clientelista de verbas públicas, que há muito já deviam ter sido extinguidos.

Não se trata de tarefa fácil, mas de tarefa necessária. Tanto mais em face do provável malogro da revisão constitucional. Com a revisão enterrada, o Estado permanece sem crédito na praça, o que dificulta muito o financiamento não-inflacionário de eventuais déficits de caixa.

É hora, pois, de coragem para garantir a meta de déficit operacional zero. Coragem que não rende simpatias fáceis, mas que se impõe como condição necessária ao êxito do processo de estabilização.

■ Antonio Kandir, ex-secretário de Política Econômica, é doutor em Economia

ORREIO BRAZILIENSE

20 ABR 1994